

Área Temática: Gestão Socioambiental

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM BANCOS BRASILEIROS

AUTORES

RAQUEL DA SILVA PEREIRA

raquelspereira@uol.com.br

NELSON CORRÊA DE OLIVEIRA JÚNIOR

nelsonoliveira@uscs.edu.br

Resumo

A comunicação das estratégias, programas e ações relacionadas às questões sociais e ambientais, além das econômicas, apresenta-se como uma das preocupações no contexto empresarial, em relação aos *stakeholders*. Ferramentas como relatórios de sustentabilidade e balanços sociais apresentam-se como formas eficazes de disseminação de tais iniciativas. Este artigo apresenta o estudo realizado em relatórios de sustentabilidade e balanços sociais de quatro grandes instituições financeiras brasileiras, duas públicas e duas privadas: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Bradesco e Itaú Unibanco, cujo objetivo concentra-se na identificação das considerações acerca do desenvolvimento local sustentável nas comunidades onde as instituições atuam. A investigação procurou responder ao seguinte problema: como os Bancos brasileiros se posicionam frente à questão do desenvolvimento local sustentável? A metodologia utilizada foi a de pesquisa exploratória, com revisão bibliográfica e análise documental. Verificou-se que as instituições públicas possuem estratégias ou programas que contemplam a questão do desenvolvimento local sustentável, enquanto as instituições privadas possuem apenas ações ou programas que contemplam a questão da sustentabilidade, porém não especificamente o desenvolvimento local sustentável.

Abstract

The communication of strategies, programs and actions related to social and environmental issues, besides economic, presents itself as one of the concerns in a business context, in relation to stakeholders. Tools such as sustainability reports, social assessments and present themselves as effective ways of dissemination of such initiatives. This article presents the study of reports of sustainability and social balance of four major Brazilian financial institutions, two public and two private: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Bradesco and Itaú Unibanco, whose purpose focuses on the identification of considerations about the sustainable local development in communities where the institutions work. The research sought to answer the following problem: how the Brazilian banks are positioned opposite to the issue of sustainable local development? The methodology was to survey with literature review and documentary analysis. It was found that public institutions have strategies and programs which address the issue of sustainable local development, while private institutions have only actions or programs that address the issue of sustainability, but not specifically local sustainable development.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local Sustentável; Sustentabilidade Socioambiental; Setor Bancário.

1 Introdução

A responsabilidade socioambiental é, atualmente, um tema de grande relevância no mundo todo. Esse valoroso movimento social tem sido consubstanciado nas esferas governamental, empresarial e acadêmica.

Verifica-se que ferramentas para a promoção e disseminação de programas e ações empresariais que contemplem as questões socioambientais já são freqüentemente utilizadas no contexto organizacional, porém nem sempre de forma adequada.

A necessidade da elaboração de instrumentos que pudessem contemplar ao mesmo tempo a comunicação com seus diversos *stakeholders*, e diretrizes para que as estratégias das próprias empresas alcançassem uma maior responsabilidade socioambiental tornou-se emergente e, desta forma, os relatórios de sustentabilidade e balanços sociais apresentam-se como ferramentas de suma importância para uma melhor sintonia entre as pressões exercidas pela sociedade e a necessidade da empresa de se ajustar a tal demanda.

As instituições financeiras, por sua vez, consideradas grandes vilãs da sociedade, haja vista os exorbitantes lucros divulgados, procuram demonstrar em seus relatórios de sustentabilidade e balanços sociais, programas e ações promotores do desenvolvimento sustentável e de sua responsabilidade socioambiental.

Com base nas ferramentas de comunicação disponíveis nos *sites* de quatro grandes instituições financeiras brasileiras, quais sejam: Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Brasil - BB, Bradesco e Itaú Unibanco, utilizadas para divulgarem aos *stakeholders* seus programas de sustentabilidade, buscou-se identificar estratégias, programas, ações, iniciativas e características que pudessem ser consideradas como promotoras de desenvolvimento sustentável, levando em consideração as peculiaridades locais e regionais.

Procura-se, portanto, contribuir para a discussão e promoção de ferramentas mais eficazes para a gestão, à luz das teorias disponíveis, que visem à Responsabilidade Socioambiental e o Desenvolvimento Local Sustentável, demonstrando a importância do processo construtivista e participativo nas considerações acerca da sustentabilidade socioambiental, sobretudo porque os problemas globais só podem ser resolvidos de forma local.

O estudo procurou responder à seguinte pergunta-problema: como os Bancos brasileiros se posicionam frente à questão do Desenvolvimento Local Sustentável?

Objetivou-se, assim, identificar se o Desenvolvimento Local Sustentável está contemplado nos relatórios de sustentabilidade e balanços sociais das instituições financeiras brasileiras estudadas.

2 Referencial Teórico

O referencial teórico utilizado para embasar esse estudo é apresentado a seguir.

2.1 Desenvolvimento Local Sustentável

O conceito de desenvolvimento provocou e ainda provoca muitas controvérsias à medida que, durante muitos anos, oriundo de autores clássicos como Smith e Marx, concentrava-se no crescimento econômico, entretanto, desvinculado das questões sociais, ambientais e culturais. A rigor, somente o crescimento não é o bastante para suprir as necessidades mundiais.

Ao mesmo tempo, reflexões a respeito do que seja desenvolvimento sustentável foram colocadas em pauta, relacionando-as ainda às questões éticas institucionais (SILVA, 2009).

Para fins deste estudo, foi adotada a conceituação mundialmente mais difundida de Desenvolvimento Sustentável, que data de 1987, estabelecida no Relatório Brundtland, como sendo aquele “que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p.

8). O maior desafio tem sido encontrar formas de operacionalização e mensuração (PARRIS;KATES,2003), razão que justifica o presente estudo.

Boisier (2000) afirma que os atuais modelos de crescimento e desenvolvimento se aproximam muito mais de autores neo-clássicos como Marshall, Pareto e Pigou, dentre outros que abordam essas questões no âmbito da distribuição e não somente no crescimento econômico em si, chegando até mesmo a um caráter mais humano que também é citado pelo autor como algo inovador, por alterar o paradigma até então entendido e praticado, para novas formas de se pensar o desenvolvimento, o que torna o conceito mais abrangente, indo ao encontro da idéia de desenvolvimento local sustentável.

Torna-se, então, necessária uma breve contextualização histórica acerca do surgimento do desenvolvimento local propriamente dito.

O desenvolvimento local, conforme Tapia (2005), ganhou relevância a partir dos anos 1990, sobretudo na Europa. Birkner (2008) também cita a década de 1990 notadamente pelos inúmeros movimentos rumo ao desenvolvimento local por meio de políticas e experiências observadas, sobretudo devido à descentralização governamental que objetivou diminuir os impactos da concentração populacional, resultado do processo de urbanização.

Scott, Agnew, Soja e Storper (1999) atentam para o fato de que no início do período pós-guerra os maiores países capitalistas, em sua maioria, possuíam uma característica centralizada, em que se podia observar governos centrais fortes e economias completamente delimitadas no que diz respeito a seu território, as quais dificilmente eram contestadas.

A partir do acirramento da globalização uma nova ordem se instalou, alterando a noção de organização social e política do espaço. Observa-se, assim, um contexto de intensa atividade econômica que ocorre em redes transnacionais extensivas; disseminação de blocos multinacionais econômicos e comerciais; enfraquecimento dos Estados com relação à proteção dos interesses regionais e locais, que levou ao surgimento de novas formas de organizações econômicas e políticas regionais, que considera a vocação da região para determinadas atividades (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 1999).

Neste cenário, o desenvolvimento local assume um novo e decisivo papel frente ao contexto mundial. Boisier (2000, p. 11), reforçando esse pensamento, define que

El enfoque local del desarrollo es una respuesta a los problemas del desempleo y desorganización económica causados por la decadencia industrial y las delocalizaciones. Después del fracaso relativo de los proyectos organizados y aplicados por organismos públicos nacionales, la idea de utilizar procedimientos locales há ido ganando vigencia.

O mesmo autor afirma ainda que o desenvolvimento local é:

Un proceso de crecimiento económico y de cambio estructural que conduce a una mejora en el nivel de vida de la población local, en el que se pueden identificar tres dimensiones: una económica, en la que los empresarios locales usan su capacidad para organizar los factores productivos locales con niveles de productividad suficientes para ser competitivos en los mercados; otra, sociocultural, en que los valores y las instituciones sirven de base al proceso de desarrollo; y, finalmente, una dimensión político-administrativa en que las políticas territoriales permiten crear un entorno económico local favorable, protegerlo de interferencias externas e impulsar el desarrollo local (BOISIER, 2000, p. 11).

Em uma visão de certa forma parecida com a de Boisier, Buarque (1999 e 2006) afirma que o desenvolvimento local pode ser entendido como um processo endógeno, que se estabelece de dentro para fora, uma mudança que aponta para um maior dinamismo econômico e para

a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais ou agrupamentos sociais.

Tal abordagem, baseia-se na mobilização dos diversos agentes sociais procurando explorar (no sentido positivo da palavra) as potencialidades locais, num processo construtivista e participativo, fundamental para o desenvolvimento local, pois remete a uma maior troca de experiências e conhecimentos acerca de determinada atividade, o que pode aumentar as chances de sucesso.

Buarque (1999) enfatiza a importância da mobilização e das iniciativas dos agentes sociais locais, na medida em que sejam absorvidas nas estruturas sociais, econômicas e culturais, gerando benefícios ao local.

Passa-se, então, a verificar os aspectos ambientais no contexto do desenvolvimento local. No que tange a esse assunto, Buarque define que o desenvolvimento local sustentável é “um processo que leva a um continuado aumento da qualidade de vida com base numa economia eficiente e competitiva, com relativa autonomia das finanças públicas, combinado com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente” (BUARQUE, 1999, p. 32).

Com relação especificamente a uma nova concepção do desenvolvimento, o autor cita que

O desenvolvimento local sustentável é um processo e uma meta a ser alcançada no médio e longo prazos, gerando uma reorientação do estilo de desenvolvimento, enfrentando e redefinindo a base estrutural de organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente (BUARQUE, 1999, p. 33).

Verifica-se, portanto, que a visão de desenvolvimento deve ser ampla e, ao mesmo tempo local, ou seja, deve-se pensar de forma a abranger todas as questões inerentes ao seu processo de construção como as questões políticas, sociais, ambientais e culturais e, ao mesmo tempo, formular ações que sejam eficazes no local, com base na articulação de seus atores ou agentes sociais rumo a um desenvolvimento mais sustentável para a região.

Acrescenta-se ao exposto que, para Pereira (2002) e Tachizawa (2007), entre outros, é importante que as empresas assumam sua parcela de responsabilidade nesse processo, seja em seus relacionamentos internos ou externos. Isso representa afirmar que, face à grande pressão por parte de organizações não governamentais, cidadãos e clientes, para que as instituições que sejam éticas e transparentes, que atuem de forma ambientalmente responsável, cada vez mais os gestores precisarão estar atentos à essa demanda.

Uma organização torna-se efetiva ao manter uma postura responsável frente à sociedade quando a organização atende aos anseios sociais, econômicos, ambientais e culturais. Assim, como as empresas dependem desse bom relacionamento para sobreviverem, esses aspectos tornam-se estrategicamente importantes para a longevidade das organizações contemporâneas. Nesse contexto, Borger (2001) destaca a importância e o poder de influência que os clientes exercem sobre as práticas empresariais.

A responsabilidade social empresarial

associa-se ao fato de que uma organização é responsável pelos impactos que suas práticas e ações gerenciais produzem, que não se referem somente ao âmbito da empresa em si, têm cunho interno e externo. Seu exercício é a gestão dos negócios não restrita apenas ao resultado econômico da atividade produtiva, mas à contínua aprendizagem, inovação e recombinações institucionais, subsidiadas nas práticas de gestão, na vontade política interna – portanto, com grande importância para o papel de suas lideranças -, na qualificação, capacitação e conhecimento das ferramentas e técnicas associadas (SIMÕES; FERREIRA; AFONSO; BARTHOLO, 2008, p. 22).

Apesar de muito difundida, não tem sido bem entendida e aplicada na maioria das empresas, motivo de grande preocupação em diversos segmentos da sociedade nas últimas décadas.

Segundo Silva, Rosini e Rodrigues (2009), trata-se de objeto de atenção organizacional à medida em que leva à análise dos danos sociais e ambientais que os processos produtivos proporcionam. Os autores complementam ao citarem que essa análise torna-se uma interessante ferramenta no que diz respeito à perspectiva de vendas e de imagem institucional, podendo ganhar destaque e competitividade de acordo com suas ações e programas em prol do meio ambiente e da sociedade.

Porém, o conceito mais difundido atualmente é o estabelecido pelo Instituto Ethos, que entende que a responsabilidade social empresarial

é uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa em todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando os recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2009).

Desta forma, a responsabilidade social não se resume em ações internas promovidas pela corporação, mas também ações que levem em conta todos os *stakeholders*, pessoas ou outras organizações que, de alguma forma, relacionam-se com a empresa.

Frente ao exposto, faz-se necessário delimitar algumas características que possibilitam que uma empresa seja considerada socialmente responsável. Inicialmente, é importante, diferenciar claramente uma ação social de responsabilidade social empresarial. As ações são isoladas, enquanto que a responsabilidade social envolve programas bastante abrangentes, os quais abrigam projetos de diversas áreas, visando inclusive continuidade dos mesmos ao longo do tempo e propiciando melhoria de condições para as comunidades envolvidas. Uma ação isolada não é responsabilidade social.

A responsabilidade social empresarial deve ser entendida como uma filosofia organizacional, estando presente nas estratégias adotadas em todos os setores da empresa. O Instituto Ethos (2009) identifica diferentes aspectos, que devem ser atendidos simultaneamente, para que uma empresa possa ser considerada socialmente responsável:

- a) transparência: com informações claras e acessíveis aos diversos públicos;
- b) estabelecimento de compromissos públicos: a empresa deve assumir publicamente suas promessas frente ao seu público;
- c) envolvimento com instituições que representam interesses variados: o que proporciona visões diferentes e troca de experiências interessantes;
- d) capacidade de atrair e manter talentos: pois cada vez mais os talentos procuram empresas social e ambientalmente responsáveis;
- e) alto grau de motivação e comprometimento dos colaboradores: buscar o envolvimento dos colaboradores com a responsabilidade social e ambiental;
- f) capacidade de lidar com situações de conflito: sempre usando o diálogo e a transparência na busca por soluções;
- g) estabelecimento de metas de curto e longo prazo: somente por meio de metas é possível avaliar os avanços e retrocessos;
- h) envolvimento da direção da empresa: o exemplo para os colaboradores deve vir do topo da pirâmide com a participação dos mesmos, para que as estratégias sejam melhores absorvidas.

O Instituto também destaca os benefícios gerados pela adoção da estratégia da

responsabilidade social empresarial, quais sejam: diminuição dos conflitos; valorização da imagem da empresa e da marca; lealdade do consumidor; atração a talentos; adaptação facilitada e maior flexibilidade; o negócio torna-se se mais sustentável; acesso a mercados e capitais mais rígidos e regulamentados.

Para que haja eficiência e eficácia nesse processo, observa-se a necessidade de utilização de alguns mecanismos de planejamento e controle.

2.2 Relatórios e Balanços Socioambientais

A dificuldade em datar as primeiras manifestações da elaboração de relatórios socioambientais ou balanços sociais torna-se um grande empecilho para a maioria dos estudiosos acerca do assunto, haja vista a literatura atualmente disponíveis apresentar afirmações controversas sobre quando esse movimento teve início.

Torres e Mansur (2008) afirmam que foi a partir de década de 1960, nos Estados Unidos, e mais tarde, no início da década de 1970, na Europa, sobretudo na França, Alemanha e Inglaterra, onde iniciaram-se os primeiros movimentos da sociedade pressionando por uma atitude mais responsável por parte das empresas. É nesse cenário que a empresa alemã Steag, em 1971, elaborou um dos primeiros relatórios sociais no mundo. Por outro lado, o marco no que diz respeito à elaboração de balanços sociais pode ser atribuído à empresa Singer que, em 1972, na França, produziu o primeiro balanço social empresarial de que se tem notícia (TORRES; MANSUR, 2008).

Na visão de Custodio e Moya (2007), os fatos marcantes que levaram ao surgimento do Balanço Social e aos Relatórios de Sustentabilidade, no Brasil e no mundo, apresentam a evolução descrita a seguir.

Em 1919, a Constituição de Weimar, na Alemanha, inicia a ideologia de função social da propriedade, um dos primeiros passos rumo a um pensamento mais voltado ao lado social.

Os autores também afirmam que por volta de 1960 surgem-se as primeiras manifestações pela responsabilidade social, sendo, em 1965, lançada no Brasil a Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, pela Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa. Ressaltam que em 1972 ocorreu a publicação do primeiro balanço social do mundo, pela empresa Singer, começando a haver um movimento para se mensurar o papel das multinacionais frente ao desenvolvimento dos países menos favorecidos.

Custodio e Moya (2007), mencionam que, durante a década de 1970, são realizados diversos estudos objetivando sugerir modelos de balanços sociais e que, conforme Kroetz e Kroetz (2003), Alberto Almada Rodrigues, publica seu artigo “Da Sociologia da Contabilidade à Auditoria Socioeconômica” em que discute aspectos como Contabilidade Social, Balanço Social e Auditoria Socioeconômica.

Para os autores, foi em 1976 que iniciaram-se estudos acerca do tema de responsabilidade social no Brasil, com o auxílio da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social e a Associação dos Dirigente Cristãos de Empresas, enquanto que em 1977, através da lei francesa nº 77.769/77, é determinada a publicação do balanço social no que diz respeito às relações de trabalho. Kroetz e Kroetz (2003) complementam mencionando que o termo utilizado para balanço social na França era o de *bilan social* que foi a proposta que deu origem à lei acima mencionada e que se baseava na conciliação com os trabalhadores.

Em 1978, a proposta de balanço social no Brasil é lançada pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social, que culminou, em 1980, no Seminário Internacional sobre Balanço Social e no lançamento do livro “Balanço Social na América Latina”.

Mas foi mesmo em 1981 que a fundação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) acaba se tornando uma referência em assuntos relacionados ao tema de Balanço Social, levando ao lançamento de um balanço social no Brasil, realizado pela empresa Nitrofértil, em 1984.

Portugal, por meio da lei 141/85, torna obrigatória a publicação do balanço social para empresas com mais de 100 empregados e, a partir daí, muitas outras iniciativas foram tomadas, tais como o *Domini 400 Social Index*, um índice de sustentabilidade criado em 1990, e exclui empresas relacionadas à indústria de tabaco, álcool, jogo, armas e energia nuclear.

Outro marco histórico importante, lembram os autores, foi a criação da norma ISO 14000, relacionada à gestão ambiental; a Agenda 21, na Eco-92; a fundação da *Global Reporting Initiative* (GRI), em 1997, um marco para a padronização dos relatórios ambientais, econômicos e sociais; a criação da SA8000, que normatiza práticas sociais no trabalho; a norma AA1000, de 1999, que previa a definição de princípios e processos que visassem a prestação de contas com relação aos aspectos sociais, ambientais e financeiros das empresas;

Pode-se citar ainda a criação, nos Estados Unidos, do Índice de Sustentabilidade *Dow Jones*; o Pacto Global, em 2000, iniciativa da Organização das Nações Unidas, que previa dez princípios a serem seguidos pelas empresas com relação aos direitos humanos, trabalho, meio ambiente e corrupção.

Somente em 2000, a GRI publica suas Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, na tentativa de padronização dos mesmos, seguida do Instituto Ethos, que publica os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, um passo importante na padronização dos relatórios e balanços sociais no Brasil; e em 2005, ocorre o lançamento do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo.

Evidente que muitas outras ações ocorrerem ao longo do tempo, mas procurou-se apontar aqui as mais relevantes nesse processo.

Face à evolução histórica apresentada, evidencia-se o grande movimento rumo à necessidade de padronização dos relatórios e balanços sociais, bem como uma grande preocupação em se adotar as melhores práticas na elaboração de tais ferramentas.

Para Custodio e Moya (2007), o balanço social:

é um levantamento dos principais indicadores de desempenho ambiental, econômico e social da empresa. Ele amplia seu diálogo com os públicos com os quais a empresa se relaciona e esclarece seus objetivos no passado, no presente e no futuro. O balanço social ainda permite que a importância da responsabilidade social seja ampliada na estratégia corporativa, uma vez que reúne, além da avaliação da empresa sobre seu desempenho, as expectativas de seus públicos de interesse (CUSTODIO; MOYA, 2007, p. 11).

Os balanços ou relatórios socioambientais apresentam-se como valiosos instrumentos para o planejamento e controle da sustentabilidade socioambiental organizacional, que por sua vez, refletirão na sustentabilidade econômico-financeira da mesma. São ainda importantes formas de comunicação para os demais atores sociais envolvidos. Assim, passa-se a uma abordagem acerca dos dois principais modelos adotados no Brasil e no mundo.

Com quarenta e três indicadores quantitativos e oito qualitativos, divididos em sete categorias, sendo apresentados em dois exercícios anuais comparativos, o modelo de balanço social do IBASE apresenta informações sobre os investimentos internos e externos das empresas, no que diz respeito às ações de responsabilidade social empresarial (IBASE, 2009).

Torres e Mansur (2008), mencionam a característica simplória e de fácil entendimento atribuídas ao modelo, uma vez que um dos objetivos principais do mesmo concentra-se na melhor comparabilidade entre os balanços. Os autores também citam que o modelo tem como objetivo ser um instrumento de prestação de contas e transparência.

Essa forma de apresentar informações socioambientais foi bem aceita no que tange às empresas nacionais, justamente por sua facilidade de utilização e eficácia na comunicação. Apesar dos esforços, o modelo não prevê o relato, em maiores detalhes, do que está sendo contabilizado, razão pela qual o Balanço Social perdeu espaço entre as formas de divulgação escolhidas pelas empresas, sobretudo a partir de 2006, quando o modelo GRI lançou sua versão em português.

Por outro lado, de acordo com Simões, Ferreira, Afonso e Bartholo (2008), o modelo GRI permite a verificação entre o que a empresa possui como política no que tange à sustentabilidade e o que realmente está realizando. A exemplo do modelo IBASE, observa-se uma grande ênfase na prestação de contas e transparência, entretanto, o GRI apresenta-se como uma ferramenta bem mais completa.

O modelo baseia-se em onze princípios: transparência, inclusividade, auditabilidade, completude, relevância, contexto de sustentabilidade, exatidão, neutralidade, comparabilidade, clareza e conveniência. As diretrizes do GRI, por sua vez, possuem indicadores nas três dimensões da sustentabilidade: a econômica, a ambiental e a social.

Por tratar-se de relatório, os programas e ações são descritos, possibilitando ao leitor o entendimento de como e onde os valores foram gastos, quais investimentos foram feitos e ainda qual o retorno sobre eles. Comumente se lê nos relatórios os impactos positivos gerados e os beneficiários.

3 Aspectos Metodológicos

Utilizou-se, para a pesquisa apresentada, o método de estudo exploratório, com revisão bibliográfica e análise documental realizada por meio de pesquisa nos sites das quatro instituições bancárias escolhidas: Caixa Econômica Federal; Banco do Brasil; Bradesco e Itaú Unibanco. A escolha dessas organizações se deu por conveniência, considerando-se duas das maiores públicas e outras duas privadas, também entre as maiores brasileiras.

Segundo Gil (2008, p. 27), “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias...”, objetivam, portanto, proporcionar uma visão abrangente sobre o assunto pesquisado e sobre o objeto de estudo.

O levantamento documental se deu junto aos *websites* dessas instituições, partindo-se do princípio de que as informações socioambientais devem ser evidenciadas e disponibilizadas publicamente. Assim, buscou-se junto aos sites não somente Balanços Sociais e Relatórios de Sustentabilidade, mas também identificar se a temática é tratada na missão, nos princípios e até mesmo em cartas de valores, quando existentes.

Feita a breve explanação sobre a metodologia adotada, passa-se à análise dos resultados.

4 Levantamento e Análise dos Resultados

Apresenta-se, a seguir, o levantamento de dados e a análise inicial, realizada Banco a Banco, conforme segue:

4.1 Caixa Econômica Federal - CEF

Apresenta visível foco na área social, haja vista ser é um órgão público. Na condição de organização vinculada ao Ministério da Fazenda, atua como executora de políticas públicas do governo federal, assumindo a administração e a operação de programas delegados.

Administra os recursos do FGTS, o financiamento imobiliário e financia projetos municipais nas áreas de infra-estrutura, saneamento, saúde, educação, habitação, esportes, gestão pública e geração de empregos. O estudo se baseia no balanço social do ano de 2007.

Apresenta como missão:

“Promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade, intermediando recursos e negócios financeiros de qualquer natureza, atuando, prioritariamente, no fomento ao desenvolvimento urbano e nos segmentos de habitação, saneamento e infra-estrutura, e na administração de fundos, programas e serviços de caráter social.”
(CEF, 2009)

A Carta de Valores da organização atrela os seguintes aspectos: Consciência Ética; Respeito; Honestidade; Compromisso; Transparência; e Responsabilidade.

Quanto aos Projetos de Responsabilidade Socioambiental, entre 2005 e 2008, a CEF informa ter transferido R\$ 448 bilhões para projetos municipais, divulgando que, quanto ao Projeto Corporativo de Responsabilidade Social, desenvolve a cultura organizacional de sustentabilidade e adota um comportamento proativo junto aos empregados, clientes, fornecedores e parceiros. Incentiva os seguintes esportes: atletismo; Comitê Paraolímpico; natação; ginástica; entre outros (CEF, 2009). No tocante à Cultura, possui espaços culturais próprios em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Recife e Salvador.

Desempenha papel intermediário para desembolso junto ao programa governamental Bolsa Família, afirmando ainda que, com a arrecadação com as Loterias, constitui uma importante fonte de recursos para a área social. Por meio do recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, financia a compra de casa própria e o desenvolvimento urbano, particularmente na área de saneamento básico.

Informa atuar em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, atuação voltada à inclusão social e à geração de trabalho e renda em comunidades carentes. Na área de meio ambiente, estabelece diretrizes para a inclusão da sustentabilidade financeira e socioambiental como critérios para a concessão de crédito.

Quanto a certificações, não foi localizada no site nenhuma certificação voltada à sustentabilidade socioambiental.

Sobre Governança Corporativa, possui uma equipe formada por Conselho de Administração, pela Presidência, pelo Conselho Diretor e por onze Vice-Presidências (nove delas com assento no Conselho Diretor). Diversas instâncias externas realizam o acompanhamento e o controle das ações da empresa. São elas: Ministério da Fazenda; Banco Central; Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais; Tribunal de Contas da União; Controladoria Geral da União; Ministério Público da União; e Congresso Nacional. Desta forma, entende-se que a questão da Governança Corporativa está bem cuidada.

No que tange especificamente ao desenvolvimento local sustentável, verifica-se o recente Plano Integrado de Ação Regional (PIAR) que tem como objetivo principal promover o desenvolvimento local dos municípios onde atua. O PIAR é uma iniciativa recente (fevereiro de 2008) e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, porém ainda não possui estatísticas disponibilizadas que demonstrem sua eficácia em relação ao objetivo proposto.

4.2 Banco do Brasil – BB

O site do BB apresenta como princípios do Banco: ética e transparência; compromisso com o desenvolvimento das comunidades e do país; responsabilidade socioambiental; gestão participativa, decisão colegiada e trabalho em equipe; ascensão profissional baseada na meritocracia (BANCO DO BRASIL, 2009).

Informa como missão: “Ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a Empresa e contribuir para o desenvolvimento do País” (BANCO DO BRASIL, 2009).

Em termos de Responsabilidade socioambiental, apresenta crença na viabilidade para atender aos interesses dos seus acionistas com o desenvolvimento de negócios social e ecologicamente sustentáveis, bem como ter uma postura que contribui para o desenvolvimento de um novo sistema de valores para a sociedade atingir o respeito à vida humana e ao meio ambiente, fundamentos indispensáveis à sustentabilidade da própria humanidade, informa o site do Banco.

Não foram localizadas certificações específicas voltadas à sustentabilidade

socioambiental, entretanto, consta que em 2008 o Banco desenvolveu o Fórum BB de 200 anos pela Sustentabilidade, a fim de obter subsídios para a atualização da sua Agenda 21.

Por outro lado, afirma empenhar-se para manter esforços direcionados às boas práticas de governança corporativa a partir do equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental. Esse posicionamento certamente contribui para a manutenção do BB no Índice de Sustentabilidade da Bovespa – ISE, desde o seu lançamento.

A organização estabeleceu uma estratégia interessante de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), objetivando impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras, considerando as potencialidades, as vocações e as características locais, incentivando arranjos produtivos locais (BANCO DO BRASIL, 2009).

As agências do BB de todo o país são incentivadas a identificarem atividades em sua comunidade que necessitem de apoio para se desenvolverem, tais como artesanato, materiais recicláveis, apicultura, entre outras. Essas atividades, por sua vez, são transformadas em Planos de Negócios de DRS, que fazem parte da metodologia de elaboração e implementação dos Planos, denominada Metodologia DRS.

Para uma melhor compreensão da dimensão da estratégia citada, buscou-se dados que contemplassem o número de Planos de Negócios, famílias envolvidas na estratégia, bem como os recursos programados para o desenvolvimento da estratégia, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 - Quantidade de planos de negócios DRS, famílias envolvidas e recursos programados em cada Estado brasileiro (base 06/07/2009).

UF	Planos de Negócios DRS	Famílias Envolvidas	Recursos Programados (R\$)
Acre-AC	35	7.486	103.360.300,57
Alagoas-AL	116	20.975	324.467.852,14
Amapá-AP	9	2.331	7.684.100,00
Amazonas-AM	60	16.985	166.559.601,08
Bahia-BA	497	117.517	499.703.444,94
Ceará-CE	242	74.258	404.586.120,19
Distrito Federal-DF	39	12.209	41.266.715,46
Espírito Santo-ES	47	107.816	371.326.466,22
Goiás-GO	138	28.371	453.868.691,96
Maranhão-MA	170	32.804	89.789.326,65
Mato Grosso-MT	96	25.526	242.697.651,64
Mato Grosso do Sul-MS	67	20.112	473.530.102,60
Minas Gerais-MG	313	141.980	1.608.538.380,63
Pará-PA	130	42.628	446.510.933,05
Paraíba-PB	160	19.842	108.186.942,11
Paraná-PR	283	101.673	746.558.749,63
Pernambuco-PE	278	49.812	533.621.075,75
Piauí-PI	133	34.580	177.714.519,90
Rio de Janeiro-RJ	145	37.586	351.011.253,56
Rio Grande do Norte-RN	131	27.380	118.854.025,00
Rio Grande do Sul-RS	235	80.375	711.753.235,98
Rondônia-RO	53	7.910	91.584.983,50
Roraima-RR	15	1.825	26.284.835,02
Santa Catarina-SC	177	41.782	275.717.580,80
São Paulo-SP	551	201.721	565.022.300,06
Sergipe-SE	81	17.501	82.219.012,74
Tocantins-TO	67	11.162	140.361.835,65

Fonte: Banco do Brasil (2009).

Com base na tabela acima demonstrada, verifica-se que o maior número de planos de negócios encontra-se no Estado de São Paulo (551), enquanto o Estado que possui o menor

número de planos de negócios é o Amapá (9).

Com relação às famílias envolvidas, novamente o Estado de São Paulo figura em primeiro lugar com 201.721 famílias, enquanto o Estado de Roraima possui o menor número de famílias (1.825).

Finalmente, no que diz respeito aos recursos programados, o Estado de Minas Gerais possui grande destaque com R\$ 1.608.538.380,63, enquanto que o Estado do Amapá possui o menor valor, com R\$ 7.684.100,00.

4.3 Bradesco

O site do Bradesco informa um investimento da ordem de R\$220 milhões em programas de responsabilidade social no ano de 2008, o que representa, segundo consta no próprio site, 3% do lucro.

Apresenta como missão “consolidar nossa posição como a principal instituição financeira privada no mercado brasileiro, que presta uma gama completa de serviços, aumentando nossa rentabilidade, maximizando valor para nossos acionistas e gerando um retorno acima da média em comparação com outras instituições do setor financeiro brasileiro” (BRADESCO, 2009).

Quanto aos valores difundidos pela organização, observa-se: Cliente como razão da existência da Organização; Transparência em todos os relacionamentos internos e externos; Respeito à concorrência; Crença no valor e na capacidade de desenvolvimento das pessoas; Respeito à dignidade e diversidade do ser humano; Responsabilidade socioambiental, com promoção e incentivo de ações para o desenvolvimento sustentável; Compromisso com a melhoria contínua da qualidade do atendimento, de produtos e de serviços.

Foram encontradas informações sobre certificação ISO 9001 (qualidade nos serviços), normas OHSAS 18001 (segurança e saúde ocupacional) e SA8000 (relações e ambiente de trabalho), ISO 14001 (que trata de aspectos ambientais).

Em 2007, o Bradesco criou o Banco do Planeta, que mantém um conjunto de programas socioeducacionais privados, mas a atuação mais antiga é a da Fundação Bradesco, com 52 anos de existência, que fornece ensino gratuito de forma presencial e, mais recentemente, a distância, contabilizando cerca de 3 milhões de atendimentos.

Pode-se afirmar que nessa organização há algum grau de responsabilidade social e ambiental, cujo planejamento estratégico envolve projetos como o Banco do Planeta; o Programa Voluntários Bradesco; o Programa de Medição e Neutralização dos Gases Efeito Estufa; o Condutor da Fundação Amazonas Sustentável; a Fundação Bradesco e o Programa voltado ao aprendizado regular, médio e técnico, conforme informações constantes em seu *website*.

Não foram identificadas estratégias, programas ou ações com características que pudessem ser relacionadas especificamente à questão do desenvolvimento local sustentável. Algumas iniciativas foram mencionadas nos relatórios de sustentabilidade da instituição como de desenvolvimento local como, por exemplo, o Banco Postal e a instalação de uma agência na comunidade da Rocinha no Rio de Janeiro, porém, para efeito deste estudo, não considerou-se como de desenvolvimento local sustentável por somente considerarem o acesso ao crédito e à bancarização.

4.4 Itaú Unibanco

Para esta organização, “Sustentabilidade é um modelo de gestão de negócios que visa o retorno para os acionistas, ao mesmo tempo em que leva em consideração os impactos de nossas operações no meio ambiente e na sociedade, protegendo recursos humanos e ambientais” (ITAÚ UNIBANCO, 2009). Assim, considera seu negócio sob três aspectos:

1. Lucro e retorno, economicamente viáveis e eficientes;

2. Atentar para o impacto das atividades, direta e indiretamente, sobre o meio ambiente;
3. Cuidar das relações com a sociedade, colaboradores e clientes.

O site apresenta como certificações obtidas: a AA1000 (*Assurance Statement*), norma internacional de ética e relato social que estabelece padrões empresariais de transparência e prestação de contas; e a ISO 9001.

Apresenta projetos de Responsabilidade Socioambiental com foco na educação (Fundação Itaú Social); Investindo na juventude (Instituto Unibanco); Terceira Idade (Unibanco); Arte (Itaú); Esporte (Unibanco); e Literatura (Unibanco).

O site informa que a organização faz monitoramento ambiental por meio de controle de emissões de poluentes, materiais usados e destinação de resíduos, energia e TI Verde.

O Microcrédito Produtivo Orientado, mencionado pelo Itaú em seus relatórios de sustentabilidade, pode ser considerada uma ferramenta interessante para o auxílio aos projetos de desenvolvimento local sustentável. Trata-se de uma iniciativa que, só em 2007, movimentou recursos na ordem de R\$ 12 milhões (ITAÚ UNIBANCO, 2009).

Outra iniciativa interessante no que diz respeito ao desenvolvimento local é o Microinvest, que desde 2003, através da instituição Unibanco, busca o financiamento a empreendedores formais e informais de baixa renda. A ação também fornece a capacitação para os participantes, fornecendo noções de contabilidade, gestão de negócios e a consciência no uso do crédito (ITAÚ UNIBANCO, 2009).

Apesar das iniciativas verificadas, entende-se que, para efeito deste estudo, a instituição possui ações apenas auxiliares ao desenvolvimento local sustentável, não configurando como tal.

5 Considerações Finais

A investigação apresentada nesse artigo foi permeada pela preocupação de isenção tanto na coleta como na análise de dados, que levaram à observação das particularidades apresentadas a seguir.

Na Caixa Econômica Federal, a falta do Balanço Social de 2008 não condiz com o valor transparência, pois também não apresenta relatório de sustentabilidade.

Fazendo-se uma análise da relação entre o maior e o menor salário nas instituições pesquisadas, encontrou-se o seguinte: Caixa Econômica Federal: 22,92; Bradesco: 21,2; Banco do Brasil: 18,4; e Itaú Unibanco: 22,2. Assim, pode-se afirmar que o Banco que apresenta maior desigualdade salarial, dentre os pesquisados, é um Banco público: a Caixa Econômica Federal.

Pode-se inferir que os Bancos privados se preocupam com a obtenção de certificações que comprovem a realização dos objetivos socioambientais, ao contrário dos públicos, que não apresentam certificações em seus sites.

Foram observadas algumas formas de registro de informações socioambientais compatíveis com as necessidades atuais, mas carecem, enfim, de evidenciar informações de forma transparente e com apresentação de verdades polifônicas, estruturadas em rigor isento de julgamento.

No que diz respeito às estratégias ou programas especificamente relacionadas ao desenvolvimento local sustentável, destacam-se a organização Banco do Brasil com a Estratégia Desenvolvimento Regional Sustentável e a Caixa Econômica Federal, com o Programa Integrado de Ação Regional, pois apresentaram iniciativas mais próximas aos conceitos abordados pelos autores estudados, demonstrando a importância e aplicação de aspectos como a mobilização dos diversos agentes em prol de benefícios socioambientais e a importância da articulação entre os diversos parceiros e públicos envolvidos.

Com base nos dados obtidos, conclui-se que as questões relacionadas ao desenvolvimento local sustentável estão inseridas somente nas instituições financeiras

públicas, uma vez que o Banco do Brasil (economia mista) e a Caixa Econômica Federal (pública) apresentam tal característica, enquanto nas instituições privadas não foram encontradas menções a estratégias, programas ou ações que pudessem ser consideradas como tal.

Por tratar-se de instituições públicas, que possuem como missão auxiliar o Governo Federal no processo de desenvolvimento do país, é perfeitamente explicável tal fenômeno, sobretudo porque necessitam promover iniciativas que contemplem, além dos aspectos econômicos, também as questões ambientais, sociais e culturais.

Como afirmam os autores mencionados na pesquisa aqui apresentada, no futuro haverá maior multiplicação de informações de interesse social, que também interessam para trabalhos de natureza acadêmica. Assim, sugere-se para trabalhos futuros a continuidade desta pesquisa, seja com os mesmos Bancos escolhidos, seja envolvendo outros Bancos, nacionais e internacionais, o que enriquecerá ainda mais o conhecimento sobre o tema.

Referências

BANCO DO BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade 2008**. Disponível em <www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/sustentport.pdf>. Acesso em 01 jun. 2009.

BANCO DO BRASIL. **Desenvolvimento Regional Sustentável: Metas e Resultados**. Brasil. 2009. Disponível em: <<http://www50.bb.com.br/drs/jsp/consultas/consultarResultadosDPNPais/resultadosDPNPais.drs>> . Acesso em 06 jul. 2009.

BIRKNER, W. M. K. Desenvolvimento regional e descentralização político-administrativa: um estudo comparativo dos casos de Minas Gerais, Ceará e Santa Catarina. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 23-25, jun. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 abr. 2009.

BOISIER, S. **Desarrollo (Local): ¿De qué estamos hablando?**. Santiago de Chile: Cuadernos Regionales n°1, Universidad de Talca, 2000.

BORGER, F. G. **Responsabilidade Social: efeitos da ação social na dinâmica empresarial**. 2001. Tese (Doutorado em Administração), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04022002-105347/publico/RSEFGB.pdf>> Acesso em: 01 mai. 2009.

BRADESCO. Disponível em: <www.bradesco.com.br>. Acesso em: 28 mai. 2009.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Recife: IICA-IN CRA, 1999.

_____. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em: <www.caixa.gov.br>. Disponível em: 29 mai. 2009.

CUSTODIO, A. L. de M.; MOYA, R. **Guia para elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007. 43 p.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Sustainability reporting guidelines**. Disponível em <<http://www.globalreporting.org>> Acesso em 06 mai. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISE SOCIAL E ECONÔMICA - IBASE. **Dez anos de Balanço Social**. Disponível em < www.ibase.br >. Acesso em 06 mai. 2009.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Rede Ethos de Jornalistas**. 2005. Disponível em <www.internethos.org.br/_Internethos/Documents/RedeCartilha1.pdf >. Acesso em: 20 abr. 2009.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **O que é RSE**. 2009. Disponível em <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em: 20 abr. 2009.

ITAU UNIBANCO. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2008**. Disponível em: <<http://www.itauunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/index.html>>. Acesso em 15 jun. 2009.

KROETZ, C. J. S; KROETZ, C. E. S. Demonstração da Responsabilidade Social: com base no princípio da dualidade. In: **IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, 2003, Gramado. IX Convenção de Contabilidade do RGS, 2003.

PARRIS, T. M; KATES, R. W. Characterizing and measuring sustainable development. **Annual Review of Environmental Resources**, n. 28, p. 559-586, aug, 2003.

PEREIRA, R da S. **Desenvolvimento sustentável como responsabilidade social das empresas: um enfoque ambiental**. São Paulo: Lorosae, 2002.

SCOTT, A. J.; AGNEW, J.; SOJA, E. W.; STORPER, M. Cidades-regiões globais. In: Conferência Internacional, 1999, Los Angeles. **Global City-regions. Trends and Prospects Policis for Wealth and Well-Being**. Los Angeles: School of Public and Social Research, University of California, 1999.

SILVA, J. U.; ROSINI, A. M.; RODRIGUES, M. C. Responsabilidade Socioambiental como diferencial competitivo nas organizações do século XXI. In: GUEVARA, A. J. H., et al. (orgs.). **Consciência e Desenvolvimento Sustentável nas Organizações: reflexões sobre um dos maiores desafios da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier; 2009. p. 63-74.

SILVA, O. R. Empresários Ausentes, Cidadãos Presentes: um ensaio sobre a ética ambiental no mundo corporativo. In: GUEVARA, A. J. H., et al. (orgs.). **Consciência e Desenvolvimento Sustentável nas Organizações: reflexões sobre um dos maiores desafios da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier; 2009. p. 27-47.

SIMÕES, C. P.; FERREIRA, G. de S.; AFONSO, R. de C. M.; BARTHOLO, R. **Responsabilidade social e cidadania: conceitos e ferramentas**. Brasília: SESI, 2008.

TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n. 1, mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 abr. 2009.

TORRES, C.; MANSUR, C. **Balanço Social, dez anos: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

WCED – WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT’S. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.